



**Ata da Assembleia Geral Ordinária dos Conselhos Fiscal e Administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Camboriú – BCPREVI**

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às 14h, reuniram-se os membros dos Conselhos Administrativo e fiscal, na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Camboriú – BCPREVI em seu auditório, sito na Rua Dinamarca, nº 175, nesta cidade. O Sr. Rogério Kunzler, diretor financeiro do instituto e membro do Conselho Administrativo iniciou a reunião solicitando a secretaria do conselho administrativo, Kalinka Duarte Floriano a leitura da ata da reunião anterior de 11/12/2017, que foi aprovada por unanimidade, o presidente do conselho administrativo Nilto Assis Coppi Junior agradeceu a presença de todos e passou a palavra a Rogério que logo apresentou o relatório de gestão e a prestação de contas do ano de 2017 que Segundo a Lei Ordinária Municipal nº 4.010 de 2016 (LOA) O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Balneário Camboriú é responsável apenas por um programa dentro do orçamento do município: PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR, com orçamento estimado de R\$ 107.216.791,22 (cento e sete milhões, duzentos e dezesseis mil, setecentos e noventa e um reais e vinte e dois centavos), sendo desmembrado em 05 (cinco) Ações, que são em valores estimados: Contribuição ao PASEP – BCPREVI R\$ 1.300.000,00; Reserva para benefícios Previdenciários R\$ 63.254.291,22; Administração dos Benefícios Previdenciários R\$ 2.280.500,00; Pagamento Benefícios Previdenciários R\$ 40.032.000,00; Sentenças e Precatórios R\$ 350.000,00; houve alguns questionamentos por parte dos conselheiros sobre a evolução do numero de aposentadorias concedidas que foram sanadas, seguindo a apresentação Rogério esclareceu ainda sobre as receitas arrecadadas de 2017, sobre o valor arrecadado de Compensação Previdenciária – COMPREV, que se refere às parcelas mensais e um repasse grande referente à um fluxo do passivo analisado e liberado pelo INSS em novembro de 2017, no valor de R\$ 919.763,84 de processos encaminhados no período de 2011. o presidente Nilto esclarece que este recurso é fruto do trabalho realizado pela comissão do COMPREV, Rogério apresenta o gráfico e explica a progressão ascendente da linha das contribuições tanto retidas como patronais, uma constante na linha das arrecadações de COMPREV e Aportes financeiros para o equacionamento de déficit, e uma interrupção no ano de 2017 na ascensão da linha das receitas de rendimentos de aplicações financeiras ao longo dos períodos, isso em decorrência da volatilidade do mercado financeiro. Apesar da redução no ganho financeiro, a meta atuarial foi superada em 25%, logo apresenta outro gráfico onde explica que as despesas do BCPREVI crescem progressivamente entre 20 a 30% ao ano e que as despesas com Aposentadoria e Pensões seguem progressivamente em ascendência, porém em 2017 o percentual caiu em relação a 2016, de 30,58% para 25,58% nas aposentadorias e de 33,01% para 18,88% para pensões. Em 2016 e 2017 houve aumento das despesas com "Outros Benefícios Previdenciários" decorrentes dos Auxílios Doenças e Maternidade, aos quais não se estava remunerando os beneficiários em relação aos seus triênios incorporados nos anos anteriores, e isso influenciou relevantemente os valores das despesas do exercício de 2016 e 2017. logo mostrou outro gráfico sobre a evolução das contribuições em relação aos desembolsos com benefícios previdenciários e sua sobra. Percebe-se na análise das curvas do gráfico que as contribuições apresentam-se paralelas e em ascendência em relação aos pagamentos de benefícios, o que possibilita a manutenção de sobra de recursos e sua capitalização junto ao mercado financeiro. no gráfico do déficit atuarial apurado em 2017, ano base 2016, foi equacionado através da Lei Complementar Municipal, nº 15/2016, e Decreto nº 8.709/2016 de 29 de setembro de 2017, na forma de aportes anuais, mas pagos em parcelas mensais, a serem atualizadas a cada novo Cálculo Atuarial. explica ainda o que o Instituto não tem parcelas de contribuições atrasadas ou não recebidas pelo ente municipal, e que as alíquotas de contribuições dos servidores e do ente são respectivamente, 11, e 22%. Não há alíquotas suplementares, uma vez que o déficit atuarial foi equacionado por meio de Aportes. na tabela da taxa administrativa Rogério explica que o limite disponível para utilização com taxa de administração era de R\$ 4.332.142,72, sendo que foi realizado 62,24% deste valor, R\$ 2.696.392,22. Desta forma o percentual disponível que é de 2%, ficou ao término de 2017 em 1,24%. Percebe-se ainda, que o valor limite a ser gasto com administração do BCPREVI em 2018 é de

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*



R\$ 4.910.767,97. finalizada a apresentação, colocada em votação e aprovado por unanimidade, logo Rogério apresenta as receitas e despesas administrativas de janeiro e fevereiro de 2018 que foram também aprovadas por unanimidade, logo seguiu pra outro assunto da pauta, os conselheiros solicitaram ver como está o prazo do contrato de publicação Legais para que vejamos a possibilidade do instituto fazer suas publicações legais pela FECAM, pois trata-se de um serviço que não haverá mais custos para o Instituto. Rogério e alguns membros do conselho que integram a comissão de estudos de atualização da legislação do BCPREVI explicaram sobre algumas alterações da lei e os trabalho realizado nas reuniões ao longo do ano de 2017. Nada mais havendo a se tratar, eu Kalinka Duarte Floriano, secretariei e lavrei a presente ata assinada por mim e após aprovada será assinada pelos demais membros presentes.



Ju Berlioz  
Alexandre Chiancone  
Rafael Pita Silva

